

Estudantes da Universidade Rural improvisam restaurante e vendem prato por Cr\$ 15

Com o bandeirão fechado pela Reitoria desde quarta-feira, os estudantes de outros Estados e os estrangeiros que moram na Universidade Rural — em greve há um mês em protesto pela abertura de inquéritos policial e administrativo contra 83 professores e pela demissão de um outro — improvisaram um restaurante em sua sala de estudos e, por Cr\$ 15 o prato, serviram ontem arroz, feijão, abóbora e carne seca.

Solidários, os professores residentes no local receberam alguns deles para o almoço, mas o clima é de revolta, pois os alunos vêem o recesso decretado pela Universidade, até o dia 26, como forma de pressão a seu movimento. "Só fizemos isso", declarou o Vice-Reitor, professor Vicente de Paulo Graça, "em benefício dos próprios estudantes, para que eles não percam o semestre".

A CRISE

Apesar do recesso se estender oficialmente até dia 27 (um domingo), o Vice-Reitor garantiu que, caso os estudantes não resolvam terminar com a greve, o Conselho Universitário se reunirá mais uma vez, provavelmente dia 28, para decidir que medidas tomar. "De qualquer forma", advertiu, "o bandeirão não será reaberto enquanto os estudantes não voltarem às aulas."

O fechamento do bandeirão, da biblioteca e da sala de estudos (reaberta pelos estudantes quinta-feira) são mais um capítulo da novela de desentendimentos que se arrasta na Universidade Rural desde setembro, quando um estudante foi atropelado próximo ao campus e, por falta de socorro imediato do posto médico da Universidade, morreu.

Os estudantes resolveram se reunir para fazer algumas reivindicações, para evitar a repetição do fato, e um pro-

fessor, Walter Motta Ferreira, da cadeira de Cunicultura, prontificou-se a dar o aviso da reunião em uma das salas de aula. Dias mais tarde, foi demitido, acusado de incitar os alunos a promoverem manifestações.

A Associação de Docentes, depois de tentar entrar em entendimentos com a Reitoria para a readmissão do colega punido, sem sucesso, resolveu retardar os conceitos dos alunos. A Reitoria indicou 83 nomes às autoridades policiais, que, de imediato, abriram inquérito contra eles.

Em telegrama enviado ao Reitor Arthur Orlando Lopes da Costa, segunda-feira, o Secretário de Ensino Superior do MEC, professor Tarcísio Guido Della Senta, solicita medidas concretas para o restabelecimento da normalidade na Universidade, que já admite a possibilidade de readmitir o professor Walter Motta, desde que o Departamento do qual fazia parte o solicite.

Domingo, 20 de abril de 1980

FOLHA DE S. PAULO

Na Rural do Rio, os processos atingem 20%

RIO (Sucursal) — Estão respondendo a inquérito na Polícia Federal, por terem retardado a entrega dos conceitos dos alunos no final do ano passado em protesto contra a demissão do professor Valter Mota Ferreira, 83 professores — cerca de 20% do corpo docente — da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pela suspensão do inquérito e pela readmissão do professor, nove associações de docentes do ensino superior do Rio, sindicatos, associações de classe e entidades como a OAB, UNE e SBPC realizarão, no próximo dia 22, ato público na ABI.

Dos 83 professores, mais de sessenta já depuseram na Polícia Federal do Rio. A crise na UFRRJ começou no dia 20 de setembro do ano passado, quando um estudante foi atropelado e morto ao se dirigir para a zona residencial da universidade. Em consequência, os alunos resolveram reivindicar à Reitoria melhores condições de segurança no campus (ciclóvia, iluminação, policiamento, médicos, ambulatório etc.). No Instituto de Zootécnica, um grupo de estudantes, quando se preparava para interromper uma aula e convocar os colegas para assembleia, foi interceptado pelo prof. Valter Mota Ferreira, que, para evitar tumultos, prontificou-se a avisar os alunos em aula.

Embora a atitude de moderação tenha sido elogiada pelo chefe do departamento, o diretor do Instituto solicitou ao reitor da UFRRJ, prof. Artur Orlando Lopes da Costa, providências contra o professor, que teve seu contrato rescindido por "justa causa".

Desde então, professores e alunos da Rural estão lutando pela reparação do ato. Em várias oportunidades procuraram a alta administração da UFRRJ, denunciando a injustiça, bem como a repercussão negativa na comunidade. Um manifesto, pedindo a devida apuração dos fatos e a readmis-

são do professor, assinado por mais de metade (228) do corpo docente, foi entregue ao reitor e ao MEC. O delegado regional do MEC no Rio, prof. Marcos Almir Madeira, afirmou que estava autorizado a solucionar a questão ainda no começo de dezembro de 79. Entretanto, nenhuma providência foi tomada.

No final de dezembro, três meses após a demissão, os professores da Rural, reunidos pela quarta vez em assembleia, decidiram retardar a entrega dos conceitos de fim de ano em protesto contra a demissão considerada arbitrária e a absoluta ausência de diálogo com a administração. A atitude provocou a determinação do reitor de instauração de inquérito policial no DOPS do Rio, além de inquérito administrativo contra 38 docentes das áreas de Agronomia, Biologia, Engenharia Rural, Física, Geologia, Matemática e Estatística, Química e Zootecnia. Diante da negativa do DOPS em encaminhá-lo, pelo mesmo estar fora de sua jurisdição, o inquérito passou à Polícia Federal.

Os professores da Rural afirmam que a repressão não parou aí. Seis professores defensores da readmissão do prof. Valter Mota Ferreira foram impedidos de cursar pós-graduação, apesar da documentação pronta e aprovada. Dois membros que se posicionaram no Conselho Universitário contra a repressão foram pressionados para colocar seus cargos, de diretor e vice-diretor do Instituto de Agronomia, à disposição. O reitor também destituiu uma comissão de inquérito administrativo cujos pareceres não o satisfaziam, nomeando outra.

Com o agravamento da situação, os estudantes da UFRRJ declararam-se em greve, mantida até hoje. Cerca de quarenta associações de docentes de todo o Brasil já repudiaram os acontecimentos na Rural.